



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (COLFAC) DA ALFÂNDEGA  
DO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES E DA ALFÂNDEGA DO  
PORTO DE MANAUS  
COLFAC CONJUNTA ALF/AEG E ALF/MNS  
REUNIÃO DA COLFAC  
ATA**

Data: 26/11/2020, quinta-feira, 14h  
videoconferência via Microsoft Teams

**PARTICIPANTES**

Cristiano de Sousa Demboski	Delegado da ALF/AEG
José Alves Dias	Delegado da ALF/MNS
Arnaldo Schneider	CIEAM
Sérgio Sabino Rodrigues	ANVISA
Adail Santiago Bandeira	MAPA
Roberto Rezende Campos	FIEAM
Aldecir de Oliveira Lima	INFRAERO
Wilson Oliveira Sousa	Aurora-EADI
Joabe de França Barros	Superterminais

**1. ABERTURA**

Às 14h do dia 26/11/2020, em Manaus/AM, foi realizada (via Teams) a reunião virtual da Comissão Local de Facilitação de Comércio – Colfac.

O Delegado da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (ALF/AEG), Auditor-Fiscal Cristiano de Sousa Demboski, presidindo a sessão, iniciou os trabalhos com uma breve apresentação de cada membro e convidado.

Procedeu-se à leitura da ata da reunião ocorrida no dia 29/10/2020 e passou-se a discorrer sobre os pontos pendentes da última reunião.

**2. TEMAS RELACIONADOS COM A RECEITA FEDERAL**

Com relação ao horário de liberação do terceiro lote de DI no Aeroporto, retificando a informação que constava na ata da reunião de outubro, o Delegado da ALF/AEG comunicou que a mudança já tinha sido efetivada e que o horário de liberação de DI ficou definido para 20h.

O Delegado da ALF/AEG informou que no planejamento operacional da Receita

Federal está previsto a utilização da metodologia do Time Release Study (TRS), que foi adotada para buscar oportunidades de melhorias no tempo de liberação das cargas nos recintos alfandegados.

Referente ao procedimento de internação de mercadorias criado pela Sefaz, o Delegado da ALF/AEG esclareceu que houve uma reunião envolvendo o Gabinete da ALF/AEG, representantes da Sefaz e da FIEAM. Na ocasião, a Sefaz informou que seria um controle inicialmente simples, que não iria refletir na parametrização nem na análise fiscal da Receita Federal. Segundo informação da Sefaz, trata-se de um canal de verificação para as empresas emitirem o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTE) de forma correta, sem que haja prejuízos no fluxo de mercadorias.

Em seguida, o Delegado da Alfândega do Porto de Manaus (ALF/MNS), Auditor-Fiscal José Alves Dias, informou que a Receita Federal está em fase de formulação do planejamento estratégico para o próximo triênio, de 2021 a 2023. Em relação à ALF/MNS, informou não haver assuntos específicos a serem tratados na reunião. Ressaltou que a Colfac conta com a participação dos intervenientes e de órgãos públicos com a finalidade de buscar melhorias na condução dos trabalhos das Alfândegas.

Na sequência, o Sr. Celiomar, da empresa Profactory, indagou sobre a possibilidade de melhorias no sistema de internação da ZFM, informando que há um limite de 100 operações diárias por CNPJ para empresas que fazem uso da DCI Individual. Esta limitação estaria prejudicando a operação de empresas que tem um volume maior de interações.

O Delegado da ALF/MNS mencionou que a limitação citada teria um propósito: incentivar que empresas com grandes volumes de internação sejam habilitadas no procedimento simplificado de internação (DCI Mensal). Ressaltou que o sistema de internação em vigor foi elaborado no ano de 2002. Na época, representou uma grande modernização dos procedimentos de internação da ZFM. Entretanto, o sistema necessita de reformulação.

O Delegado da ALF/MNS informou que o novo incentivo de crédito de IPI tem incentivado empresas a ser estabelecidas em Manaus. A melhor alternativa seria que estas empresas busquem se habilitar no procedimento simplificado de internação (DCI MENSAL).

O Delegado Adjunto da ALF/AEG, Auditor-Fiscal Marcelo Tavares, observou que a Instrução Normativa (IN) SRF 242, de 2002, que trata dos procedimentos de internação da ZFM, prevê que um dos requisitos para uma empresa habilitar-se no procedimento simplificado é estar inscrita no CNPJ há mais de um ano. Nesse sentido, seria necessário propor alterações da IN, no tocante aos requisitos para habilitação no procedimento simplificado de internação (DCI MENSAL).

Por fim, o Delegado Adjunto da ALF/AEG comentou que o Auditor-Fiscal José do Vale, chefe da equipe de despacho aduaneiro da ALF/AEG, está participando de um grupo específico para analisar aperfeiçoamentos na legislação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e dos sistemas informatizados da internação. Este grupo de trabalho é composto também por Auditores da ALF/MNS e da Superintendência da 2. Região Fiscal.

### **3. TEMAS RELACIONADOS COM A INFRAERO**

O Delegado Adjunto da ALF/AEG solicitou que Sr. Aldecir de Oliveira Lima, representante da Infraero, fizesse comentários acerca do acúmulo de cargas no armazém de internação verificado desde o início de outubro.

Discorrendo sobre o tema, o Sr. Aldecir reconheceu existir um momentâneo gargalo logístico no TECA, provocado principalmente pela redução da ofertas de voos. Mencionou a ocorrência de recente reunião realizada entre o Gabinete da ALF/AEG, a Gerência de Logística da Infraero e as companhias aéreas, oportunidade em que foi traçado um plano de contingência para a utilização de áreas disponíveis nos armazéns de exportação e de importação.

O Delegado Adjunto da ALF/AEG relatou a preocupação no tocante aos controles dos requisitos de alfandegamento, que determinam a segregação da área de movimentação das cargas domésticas, de exportação e importação.

O representante da FIEAM, Sr. Roberto Rezende Campos, citou que ficou ajustado que as empresas informassem sobre o aumento de carga de internação. Nesse sentido, não houve reclamações sobre eventuais atrasos nas internações ocorridas no mês de novembro.

Segundo o Sr. Aldecir Lima, a situação em questão retrata uma retomada da atividade econômica do Pólo Industrial de Manaus. No entanto, com índices ainda longe do esperado. Destacou que o TECA de Manaus seria o único grande terminal de carga aérea no país com registro de crescimento de movimentação em meio à pandemia. Em relação à internação, o volume reduziu para 3.000 toneladas por mês, não chegando a 4.000 toneladas. Observou-se a redução do giro de saída devido a menor oferta de voos, referindo-se às aeronaves mistas, de carga e passageiro.

Para fechamento do tema internação, o Auditor-Fiscal Marcelo Tavares sugeriu que o representante da companhia aérea Latam comentasse sobre o assunto.

O senhor Edson Detoni, representante da LATAM, esclareceu que a Sefaz vai iniciar o processo do MDFe (Manifesto eletrônico de documentos fiscais) a partir do dia 1 de dezembro, que iria gerar um impacto operacional pelo motivo de ter que emitir o CTE para acobertar o transporte de mercadorias e informar quais cargas tem retenção. Para o senhor Detoni, o procedimento da Sefaz não deveria refletir na Infraero pois é realizada a emissão e consulta das notas antes da apresentação da carga no recinto alfandegado. Pontuou ainda que no aeroporto esta demanda iria gerar uma burocracia maior e um tempo adicional no tratamento de cargas.

O senhor Detoni reconheceu a redução da ofertas de voos pela Latam em virtude da pandemia. Informou que uma das soluções para a retomada foi as operações com aeronaves chamadas de “widebody” (passageiro e carga), com o objetivo de aliviar a rota. Segundo o senhor Detoni, a perspectiva do mercado aéreo está melhorando aos poucos com a retomada gradual dos passageiros. Espera-se que em 2021 aumente o número de voos e que as aeronaves mistas tenham bastantes oportunidades. Contudo, a retomada da movimentação de carga está maior que a de passageiros.

Em complemento, o representante da Infraero, senhor Aldecir, relatou que várias medidas foram tomadas para retornar a capacidade de transporte e infraestrutura. Citou que a capacidade instalada do TECA suporta quatro vezes mais do que a demanda atual.

Na sequencia, o senhor Aldecir informou que a movimentação de cargas no TECA está muito concentrada a partir das 15h e 16h. Solicitou aos representantes dos importadores e exportadores que seja feito um ajuste de medidas para redistribuir estes horários pela parte da manhã.

O senhor Detoni da Latam esclareceu que é complexo para a companhia aérea ter algum tipo de alteração pois é o fluxo natural do processo que as indústrias usam durante o dia; liberam a carga que segue ao armazém para embarcar, colocam o voo na madrugada

para que o cliente retire a carga na manhã seguinte. Foi proposto que a Infraero crie uma taxa diferenciada para que as empresas movimentem as cargas em horários distintos.

#### **4. OUTROS ASSUNTOS**

O Sr. Detoni perguntou se havia alguma expectativa das indústrias sobre o volume esperado de produção para janeiro e fevereiro e qual seria o planejamento para 2021. Em resposta, o senhor Roberto Campos, da FIEAM, mencionou que há planos firmados pelas empresas, mas que existem dúvidas em virtude do momento atual da economia.

O representante da FIEAM, senhor Roberto Campos, retomou o assunto relacionado ao “Catálogo de Produtos” da Declaração Única de Importação (Duimp). Ele lamentou a ausência de representante da Suframa na presente reunião. Pediu para registrar que o tema precisa ser debatido em razão da expectativa de que o novo procedimento passe a vigorar em breve.

O representante do CIEAM, senhor Arnaldo Schneider, alertou que quando o sistema da Duimp for lançado, este precisará ter uma base pronta para o “Catálogo de Produtos”.

O Delegado da ALF/MNS informou que quem está conduzindo esta demanda é a Coordenação de Administração Aduaneira (Coana), por intermédio do gerente do projeto, Auditor-Fiscal Elmo Braz, em articulação com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Suframa.

O despachante Edwandro Menezes, representante da 2E Despachos Aduaneiros, ressaltou que Manaus é a única cidade na qual não há informações sobre o sistema da Duimp.

Foi sugerido aos representantes do CIEAM e da FIEAM o contato com a senhora Maria Braga Normando, da Suframa, para obter esclarecimentos sobre o “Catálogo de Produtos”.

O representante da Anvisa, senhor Sergio Sabino Rodrigues, justificou a ausência na reunião passada devido a problemas técnicos de conexão. Informou não haver assuntos para tratar na presente reunião.

O representante do Mapa, senhor Adail Santiago Bandeira, registrou a presença dele e informou não haver temas específicos para tratar na presente reunião.

A reunião foi finalizada às 16h27, sendo lavrada esta ata que será lida, aprovada e assinada pelos participantes na próxima reunião agendada para o dia 17/12/2020, às 14h.

---

Cristiano de Sousa Demboski  
ALF/AEG

---

José Alves Dias  
ALF/MNS

---

Marcelo dos Santos Tavares  
ALF/AEG

---

Aldeci de Oliveira Lima  
INFRAERO

---

Arnaldo Schneider  
CIEAM

---

Joabe França Barros  
SUPERTERMINAIS

---

Roberto Rezende Campos  
FIEAM

---

Adail Santiago Bandeira  
VIGIAGRO/MAPA

---

Wilson Oliveira Sousa  
AURORA-EADI

---

Sérgio Sabino Rodrigues  
ANVISA